

Cautela com a nova lista

A palavra do economista José Carlos Alves dos Santos já não tem o mesmo peso para a CPI do Orçamento. Os parlamentares que participam da comissão reagiram com cautela à lista de quatro senadores e 12 deputados que teriam envolvimento com empreiteiras, segundo denúncia do próprio José Carlos. A CPI decidiu ontem que, antes de promover uma devassa nas contas bancárias e nas declarações de renda dos novos citados, as Subcomissões de Emendas e Subvenções Sociais deverão pesquisar a existência de algum outro indício de irregularidade.

“Não tem nada de concreto na carta de José Carlos à CPI. Fica difícil considerar como denúncia”, avaliou o relator-geral, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE). A regra que vale agora para o presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), e para o coordenador da Subcomissão de Bancos, Benito Gama (PFL-BA), não foi a que a CPI adotou no início dos trabalhos, quando decidiu vasculhar a vida do presidente do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), a partir, exclusivamente, de uma citação do economista em depoimento à CPI.

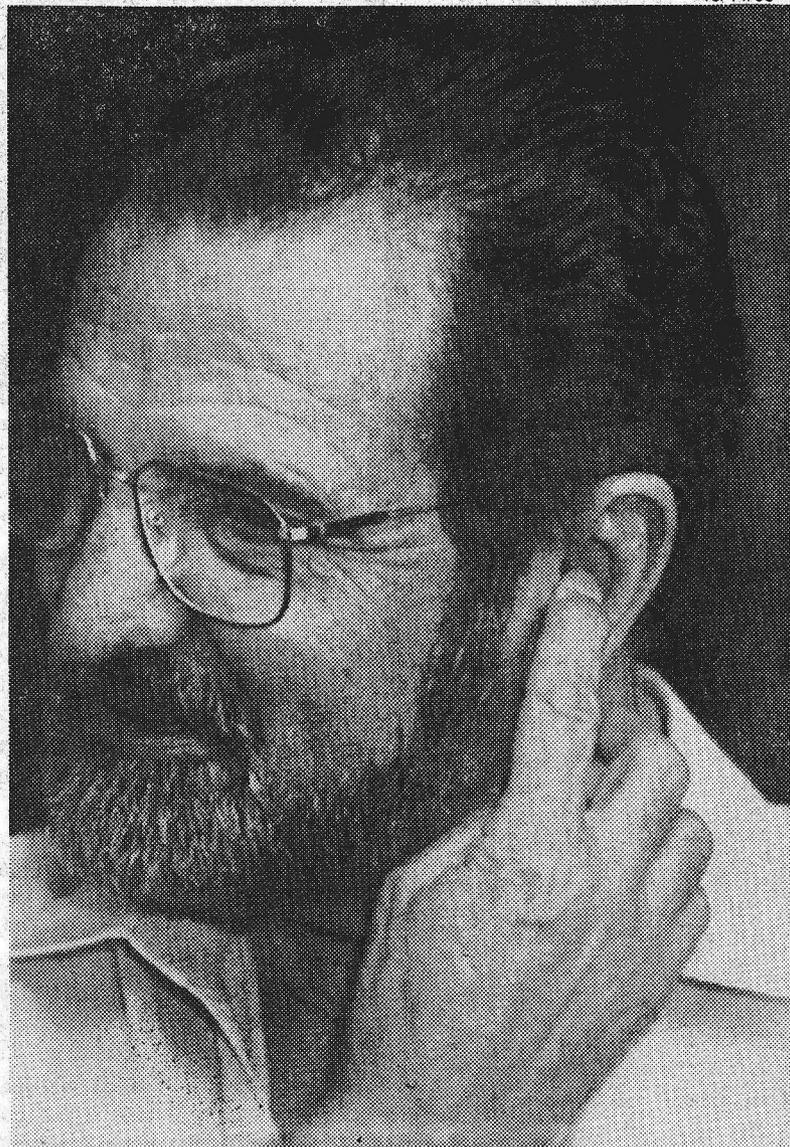
“Eu até concordo que houve um açodamento da CPI e, por

isto, não acho conveniente repetir a prática agora”, admitiu o senador Êlcio Alvares (PFL-ES), salientando que o próprio José Carlos confessa que acusou sem ter indicações concretas.

Mas o senador Ney Maranhão (PRN-PE) argumentou que a CPI não pode ter dois pesos e duas medidas. “Defendo o mesmo tratamento para todos”, disse o senador, salientando, em seguida, que o Congresso não deve cassar ninguém, mas enviar o processo à decisão do Supremo.

Corporativismo — Para o coordenador da Subcomissão de Patrimônio, senador José Paulo Bisol (PSB-RS), a cautela predominante revela na verdade “o crescimento do corporativismo do Congresso, que está pesando, dificultando e constringendo a CPI”. E justificou: “Defendo que a CPI investigue os novos citados porque não podemos nos pautar pela conveniência política e, sim, pelo sentimento de justiça, que prevê tratamento igual para todos”.

O petista Aloizio Mercadante (SP) defendeu a ampliação do universo de investigados, mas concordou com a maioria em um ponto: “Uma simples menção não pode condenar ninguém”.



O senador José Paulo Bisol acha que o corporativismo prevaleceu